



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.171, DE 2025

(Do Sr. Helio Lopes)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e dá outras providências, para vedar a utilização de conteúdo de natureza político-partidária e ideológica em avaliações acadêmicas, vestibulares, exames nacionais e concursos públicos.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;
EDUCAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Do Senhor Helio Lopes)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e dá outras providências, para vedar a utilização de conteúdo de natureza político-partidária e ideológica em avaliações acadêmicas, vestibulares, exames nacionais e concursos públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

***"Art. 79-D.** É vedada a inserção, em avaliações acadêmicas realizadas por instituições de ensino públicas e privadas, inclusive em vestibulares e outros processos seletivos para ingresso em universidades e faculdades, bem como em exames nacionais promovidos pela União, notadamente aqueles organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de conteúdo de natureza político-partidária, de caráter ideológico ou que implique promoção, desqualificação ou associação indevida de pessoas, grupos sociais, autoridades ou partidos políticos a ideologias criminosas, tais como nazismo e fascismo.*

***§ 1º** O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará a instituição ou entidade responsável às sanções previstas em*



regulamento, sem prejuízo de responsabilização civil e penal dos responsáveis.

§ 2º *As avaliações devem observar os princípios da impessoalidade, da neutralidade e do pluralismo de ideias, assegurando a imparcialidade pedagógica”.*

Art. 2º Nos concursos públicos realizados pela Administração Pública Federal direta e indireta, bem como por suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, é vedada a utilização de questões com conteúdo de natureza político-partidária ou ideológica, ou que caracterizem proselitismo político.

§ 1º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a nulidade da questão, sem prejuízo da aplicação de multa e da exclusão da banca examinadora da possibilidade de contratação por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal pelo prazo de até cinco anos.

§ 2º Regulamento disporá sobre os critérios objetivos de caracterização de conteúdo político-partidário e ideológico, bem como sobre o rito para apuração e aplicação das sanções previstas neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei busca resguardar a neutralidade e a imparcialidade de avaliações educacionais, vestibulares, exames nacionais e concursos públicos no Brasil.

A recente polêmica ocorrida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), que incluiu em prova questão associando o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro ao neonazismo, repercutiu nacionalmente e levou ao cancelamento da avaliação. Segundo noticiado pela Brasil



Paralelo, a questão afirmava que “**o bolsonarismo, ao associar-se a pautas extremistas, aproxima-se de ideologias como o neonazismo**”¹.

A revista Carta Capital destacou ainda que o vereador de Aracaju Lúcio Flávio (PL), em vídeo publicado na manhã de 12 de agosto, prometeu acionar a Justiça sob a alegação de que a UFS praticou “**proselitismo político**”. Horas depois, a universidade informou o cancelamento da prova, evidenciando a gravidade do ocorrido e a afronta aos princípios constitucionais da impessoalidade, do pluralismo político e da liberdade de consciência².

Ressalte-se que o Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) já havia manifestado sua preocupação quanto ao tema, ao apresentar o Projeto de Lei nº 6.138/2023 (Senado Federal), com o objetivo de vedar a utilização de questões com viés ideológico no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em concursos públicos e nos vestibulares de universidades públicas³. Neste mesmo sentido, e reconhecendo a relevância da iniciativa do Senador, o presente projeto buscou inserir tais dispositivos diretamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), estendendo sua aplicação também aos exames nacionais promovidos pela União, em especial os organizados pelo INEP (ENEM, Enade, Encceja, Revalida e Saeb), além dos concursos públicos federais.

¹ **BRASIL PARALELO. Depois de relacionar Bolsonaro ao neonazismo, prova de universidade federal é cancelada; veja a questão.** 2025. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/depois-de-relacionar-bolsonaro-ao-neonazismo-prova-de-universidade-federal-e-cancelada-veja-a-questao>. Acesso em: 20 ago. 2025.

² **CARTA CAPITAL. Universidade de Sergipe cancela prova após menção a Bolsonaro e neonazismo.** 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/universidade-de-sergipe-cancela-prova-apos-mencao-a-bolsonaro-e-neonazismo/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

³ **BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 6.138, de 2023. Ementa: Veda a utilização de questões com viés ideológico nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de concursos públicos e de vestibulares de universidades públicas.** Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). Brasília: Senado Federal, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161727>. Acesso em: 21 ago. 2025.



Tais episódios demonstram a necessidade de estabelecer, em lei, salvaguardas claras contra a utilização de avaliações como instrumentos de militância ideológica, assegurando que universidades, vestibulares, exames nacionais e concursos públicos respeitem os princípios constitucionais da impessoalidade, do pluralismo político e da liberdade de consciência.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 2025.

Deputado **HELIO LOPES**
PL - RJ



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1996**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199612-20:9394>

FIM DO DOCUMENTO